SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/10/2015 - Sinttel-ES

SINTTEL garante pagamento de telefonistas da ELITE

As telefonistas da empresa ELITE SERVIÇOS LTDA que trabalhavam no Ministério Público Estadual, agora poderão receber os direitos rescisórios. A garantia foi dada por uma liminar judicial da 14ª Vara do Trabalho de Vitória, que atendeu aos pedidos da ação proposta pelo Departamento Jurídico do SINTTEL-ES. Essa empresa deve quase R$ 95 mil às telefonistas que foram dispensadas pela empresa.

A juiza Marise Chamberlain, titular da 14ª Vara, mandou bloquear a quantia de até R$ 94.463,27, de um total de R$ 700 mil que a empresa ELITE tem para receber junto ao Ministério Público Estadual (MP-ES).

A Justiça determinou que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-ES), o Ministério Público Estadual (MP-ES) e Tribunal de Justiça do ES não efetuem qualquer repasse de valores decorrentes do contrato de terceirização para a ELITE SERVIÇOS e que depositem a quantia devida às telefonistas em conta à disposição do Juízo da 14ª Vara. É a garantia de pagamento às trabalhadoras em futura sentença condenatória, já que a decisão liminar cabe recurso. Ou seja, a contratada (ELITE) e os contratantes (MP, TJ, SEFAZ) podem recorrer da decisão da juíza.

Mediação da Procuradoria Regional do Trabalho (MPT-ES)

Antes de ingressar na Justiça, o SINTTEL-ES tentou de tudo para que ELITE pagasse as trabalhadoras. E foi numa reunião de mediação no MPT-ES, que os patrções disseram que o contrato com as empregadas se encerrou devido à situação econômica da empresa, pois a ELITE não tinha mais qualquer contrato em vigor no Estado do Espírito Santo.

Para a diretora jurídica do SINTTEL, Rita Dalmasio, essa afirmação demonstrou o risco de calote, de impossibilidade de pagamento, pois a empresa poderia receber os R$ 700 mil que o Estado lhe deve e, simplesmente, desaparecer sem pagar as trabalhadores, como aconteceu outras vezes com empresas terceirizadas no setor de telecomunicações.

Com a garantia de recebimentos das rescisões, as trabalhadoras também poderão sacar o dinheiro do FGTS e dar entrada no pedido do Seguro Desemprego.

"Se as empresas não recorrerem da decisão da Juíza, fazendo com que o processo se arraste pelo Tribunal, a quitação das dívidas trabalhistas com as ex-telefonistas da ELITE SERVIÇOS está próxima", informou Rita.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Teletime

Antiga Portugal Telecom passa a deter 27,2% da Oi

A Oi comunicou ao mercado na noite da segunda-feira, 20, a mudança em sua composição acionária com a conversão de ações das empresas The Vanguard Group, Quantitative Management Associates (QMA) e, mais importante, dos portugueses da Pharol SPGS, antiga Portugal Telecom. Essa última agora detém 24,67% do total de ações ordinárias da Oi após a conversão da totalidade de suas ações. Porém, como a Pharol é detentora da Bratel, que também realizou a permuta e ficou com 10,67% do total de participação, a portuguesa passou assim a deter um total de 35,34% das ações ordinárias da companhia brasileira. Isso significa que a Pharol detém, diretamente e indiretamente, 27,18% do capital social da Oi.

Em comunicado, a Oi afirma que a participação acionária dos portugueses "é detida para fins de investimento, sem a intenção de alterar o seu controle". Além disso, informa que não é dona de nenhuma ação preferencial da companhia. Vale lembrar que a composição do novo Conselho de Administração da companhia brasileira, anunciada em julho, quatro membros efetivos da Pharol e cinco suplentes em um total de 22 membros – 11 efetivos e 11 suplentes.

A Vanguard, por sua vez, informou que detém 7,53% das ações preferenciais da Oi, com base em um total de 157.727.241 ações em outubro. Além disso, conta com 0,56% das ações ordinárias da empresa. Já a americana QMA gerencia ativos para contas de clientes institucionais, o que resulta em aproximadamente 6,15% de ações da companhia. Ela também gerencia 0,0032% das ações ordinárias da Oi.

20/10/2015 - Teletime

Instituto TIM investe R$ 2,5 milhões em incentivos à pesquisa tecnológica

O Instituto TIM, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou edital para incentivo à pesquisa, que beneficiará projetos voltados para crianças de 4 a 10 anos. A verba disponível é de R$ 2,5 milhões.

A chamada pública vai selecionar propostas de atividades de divulgação, educação e desenvolvimento de produtos relacionados à luz, voltadas para um público de crianças entre 4 e 10 anos. Além da temática escolhida em comemoração ao Ano Internacional da Luz, celebrado em 2015, outras iniciativas que promovam a divulgação científica para essa faixa etária também poderão ser inscritas.

Instituições de todo o País têm até o dia 19 de novembro para realizar a submissão de seu projeto por meio do Formulário de Propostas Online da Plataforma Carlos Chagas. Poderão participar instituições de ensino e/ou pesquisa sem fins lucrativos; institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento sem fins lucrativos; empresas públicas que executem atividades de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação; e instituições sem fins lucrativos que promovam atividades de museus e exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares, relacionadas à ciência e tecnologia.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/10/2015 - Vermelho

O fim inevitável da era dos grupos de mídia

Entro no The Guardian para ler uma reportagem sobre a crise da imprensa inglesa. No meio da página, o anúncio de um banco brasileiro, provavelmente colocado por um bureau de anúncios independente do The Guardian.

O fim inevitável da era dos grupos de mídia, por Luis NassifO fim inevitável da era dos grupos de mídia, por Luis Nassif Como não sou nem assinante, nem leitor habitual do Guardian, quem analisou meu perfil, nacionalidade, hábitos de consumo e colocou um anúncio de um banco brasileiro em um jornal inglês foi um bureau. Ou seja, o jornal não tem mais o controle do ciclo do anúncio.

Os jornais perderam o controle sobre o ciclo da propaganda e sobre a distribuição, desde o momento em que o Facebook e o Google fecharam acordos de distribuição do seu conteúdo. Para conseguir os page views necessários para melhorar o faturamento, tiveram que entregar a ambos parte de seu negócio.

Cada vez mais a publicidade os considerará um ponto da Internet, competindo com lojas de departamento, blogs independentes, sites de compras etc. E a maior parte dessa publicidade não passará sequer pelos bureaus independentes, mas pelas redes sociais, especialmente Google e Facebook.

A reportagem do The Guardian é sobre a "tempestade perfeita" - e não se refere às economias emergentes, mas ao mercado de mídia britânico.

Para a maioria dos jornais, a publicidade impressa ainda tem sido o principal motor de faturamento. Mas tem atingido os piores níveis da história. Em algumas semanas do último semestre, o faturamento chegou a cair 30% em relação à média histórica. E a publicidade digital não deslanchou.

A desaceleração é generalizada. Segundo o Publisher do Daily Mirror, do aumento de 30% na publicidade digital, 29% foram apropriados pelas plataformas sociais. A "tempestade perfeita" está a caminho com os avanços das redes sociais nas estratégias de vídeo. Nos países centrais, conteúdo pago e Internet estão sufocando rapidamente a TV aberta. E a tecnologia da TV digital, no caso das abertas, não logrou ganhos tecnológicos que a viabilizem.

Haverá reflexos inevitáveis sobre o mercado de opinião.

Os grupos de mídia foram os mais relevantes atores políticos de todo o século 20. Passaram a ter seus poderes solapados em um passado distante, com a disseminação das FMs; de um passado recente, com os avanços da TV a cabo. O golpe fatal foi a tecnologia da Internet e a convergência digital.

Esta semana, na Câmara Federal, foi aprovada a nova Lei de Direito de Resposta, que reduzirá substancialmente o enorme poder da mídia sobre as versões do fato e a construção e destruição de reputações.

A lei implanta definitivamente o direito de resposta extensivo a todas as formas de comunicação – excetuando os comentários em meio digital. Obriga a que a resposta seja dada no mesmo espaço e abrangência do fato. No caso de injúria, elimina a chamada exceção da verdade – pela qual o veículo lançava uma acusação sem provas e, depois, para adiar o direito de resposta, exigia do ofendido a comprovação de que a acusação era infundada.

Nos anos 40 e 50, várias rádios mantinham orquestras e cantores contratados. Nos anos 70 em diante, foi a vez da Rede Globo com seus artistas e redes de correspondentes em todo mundo. Dentro de algum tempo, redações com jornalistas em tempo integral serão peças de um passado distantes, tal e qual os casts da rádio Nacional e da TV Globo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/10/2015 - Carta Capital

Joaquim Levy arrisca investida contra sonegadores

Fazenda divulga lista de grandes caloteiros e quer fortalecer cobrança. Dívida Ativa soma 1,5 trilhão

Os impostos, contribuições à Previdência e taxas em geral que o governo considera de recebimento indiscutível mas os devedores transformaram em disputas judiciais somam hoje incríveis 1,5 trilhão de reais. É quase o mesmo valor do orçamento federal proposto para 2016. Pressionado a achar fontes de receita para bancar o ajuste fiscal, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, resolveu mexer no vespeiro.

Na terça-feira 13, o site do Ministério da Fazenda divulgou uma tabela com a lista dos 500 maiores devedores do País, uma decisão constrangedora para os citados, composto praticamente só de empresas. Este grupo de inscritos na chamada Dívida Ativa da União deve 392 bilhões de reais.

A lista dos sonegadores está disponível na internet.

No dia seguinte, em um debate no plenário da Câmara dos Deputados, Levy defendeu a aprovação de uma nova lei de execução fiscal. "Temos que fortalecer esta cobrança da dívida ativa", afirmou o ministro, para quem o Estado precisar ter meios de recuperar seus créditos de modo mais rápido.

Na sexta-feira 16, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão federal responsável por cobrar judicialmente a Dívida Ativa, anunciou uma medida com a qual tentará agilizar a recuperação dos atrasados antes que estes sejam objeto de disputa nos tribunais. Débitos de até um milhão de reais serão cobrados por meio de protesto extrajudicial eletrônico de Certidões da Dívida Ativa.

Até setembro, só podiam ser alvo de protestos de títulos dívidas no valor de até 50 mil reais. O novo teto passa a vigorar em novembro. A PGFN espera arrecadar 4,6 bilhões de reais com tais protestos.

A atual Dívida Ativa é recorde. Em duas décadas, quadruplicou como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e hoje ronda os 25%. A maior parte tem origem tributária (1 trilhão de reais) e nas empresas (91% dos devedores), sobretudo nas graúdas. Os atrasados na Previdência chegam a 300 bilhões de reais (99% devidos por empresas). Há ainda outros 100 bilhões de origem não tributária.

O montante total possibilitaria distribuir um salário mínimo aos brasileiros por nove meses ou zerar o déficit habitacional com os mais caros imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida. De passagem pelo Congresso em maio, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, definiu o quadro assim: "É um absurdo, não existe país no mundo que tenha esse estoque [de dívida]."

Na sexta-feira 16, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão federal responsável por cobrar judicialmente a Dívida Ativa, anunciou uma medida com a qual tentará agilizar a recuperação dos atrasados antes que estes sejam objeto de disputa nos tribunais. Débitos de até um milhão de reais serão cobrados por meio de protesto extrajudicial eletrônico de Certidões da Dívida Ativa.

Até setembro, só podiam ser alvo de protestos de títulos dívidas no valor de até 50 mil reais. O novo teto passa a vigorar em novembro. A PGFN espera arrecadar 4,6 bilhões de reais com tais protestos.

A atual Dívida Ativa é recorde. Em duas décadas, quadruplicou como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e hoje ronda os 25%. A maior parte tem origem tributária (1 trilhão de reais) e nas empresas (91% dos devedores), sobretudo nas graúdas. Os atrasados na Previdência chegam a 300 bilhões de reais (99% devidos por empresas). Há ainda outros 100 bilhões de origem não tributária.

Leia mais em:

http://www.cartacapital.com.br/economia/joaquim-levy--arrisca-investida-contra-sonegadores-2275.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Carta Maior

Crise climática pode levar 720 milhões à miséria

Eventos climáticos extremos podem colocar em risco os avanços na redução da pobreza até agora, pico de emissões de gases estufa deve ser atingido em 2030.

Se não agirmos agora para reduzir o risco de efeitos mais severos das mudanças climáticas, 720 milhões de pessoas podem ficar em situação de pobreza extrema. A conclusão é de um relatório do Overseas Development Institute (ODI), que afirma que erradicar a miséria é possível, mas depende de ações efetivas contra o aquecimento do planeta.

Isto porque, se não controladas, as mudanças climáticas levarão ao aumento do que chamamos de eventos climáticos extremos – secas severas, mudanças no regime de chuvas, enchentes, aumento do nível do mar –, que, por sua vez, levam a deslocamentos populacionais, redução da produtividade no campo, escassez e aumento do preço de alimentos e a um consequente problema de nutrição.

Os dados baseiam-se nas estimativas de emissões no cenário business-as-usual – ou seja, se nada for feito em relação ao atual nível de emissões de gases causadores do efeito estufa –, em que a estimativa é de um aquecimento global próximo a 4ºC. O estudo afirma que, para que as medidas de erradicação da miséria se concretizem, o pico de emissões deve ocorrer em 2030, e que em 2100 as emissões devem ser próximas a zero.

O documento "Pobreza Zero, Emissões Zero" aponta que acabar com a pobreza extrema em tempos de crise climática é necessário e compatível. "A erradicação da pobreza não pode ser mantida sem profundos cortes dos grandes emissores de gases de efeito estufa", sugerem os autores. "É incoerente para os grandes países emissores, especialmente os industrializados, apoiar a erradicação da pobreza como prioridade de desenvolvimento enquanto não mudarem a sua própria economia em direção a uma via de emissões líquidas zero". Isto porque, diz o estudo, os custos de adaptação tornam-se implausíveis num cenário de aquecimento global acima de 2ºC até o fim do século.

Um mundo dois graus mais quente em relação ao período pré-industrial é o limite considerado seguro pelos cientistas para que os efeitos das mudanças climáticas sejam menos graves. A COP 21 (Conferência do Clima das Nações Unidas em dezembro deste ano) tem o objetivo de gerar um acordo entre os países para limitar as emissões dos gases causadores do efeito estufa, além de mecanismos para auxiliar a adaptação dos países mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas.

A análise indica ainda que sustentar o crescimento económico nos países em desenvolvimento é crucial para a erradicação da pobreza, mas é provável que o crescimento seja mais moderado e menos eficaz na redução da pobreza extrema nas próximas décadas do que tem sido atualmente. Alcançar este objetivo depende, além de travar as mudanças climáticas, de acesso a boa nutrição, educação e melhores condições de trabalho.

Além disso, o relatório também exemplifica a influência de ações de mitigação (ou seja, ações para atenuar as mudanças climáticas) em benefícios económicos. Por exemplo, práticas agrícolas com baixas emissões de gases de efeito estufa podem levar ao incremento de produção; investimentos em energias renováveis e geração de energia distribuída ampliariam acesso à energia a custos mais baixos; melhorias em transportes públicos levariam à redução de doenças relacionadas à poluição, além de aumentar a produtividade nos grandes centros e reduzir custos com deslocamento.